



Francisco Simões
Investigador Auxiliar ISCTE

Base das Lajes e a diplomacia suja

Que não restem quaisquer dúvidas: prefiro uma diplomacia baseada em regras, inspirada pelo multilateralismo. Esse consenso internacional, formado no pós-II Guerra Mundial, terá muitas imperfeições e foi muito útil a algumas potências, sobretudo os Estados Unidos. Não obstante, refreou impulsos unilaterais e ajudou a reduzir tensões que, noutras circunstâncias, facilmente teriam escalado. Foi nesse quadro que o acordo da Base das Lajes foi desenhado e revisado. Os termos da sua utilização são claros e excluem os fins atuais de ataque ao Irão, os quais se encontram muito para além da cooperação bilateral e das funções defensivas reservadas à NATO.

Sucedem que vivemos um tempo de rutura, como bem explicita Miguel Monjardino na sua última obra. Nesse contexto de incerteza geopolítica, e estando o multilateralismo condenado, as saídas limpas são uma ilusão no campo diplomático. Muitos insistem na sua busca,

exaltando a coragem de Pedro Sánchez ao proibir a utilização de bases em território espanhol para a projeção de forças americanas. Esses mesmos defensores do primeiro-ministro espanhol não foram tão benevolentes com Meloni que, no fim do dia, fez exatamente o mesmo.

Em período de elevada imprevisibilidade, a diplomacia é obrigada a aduzir todos os cenários, procurando a solução menos má, embora suja, enquanto contorna comparações fáceis. A solução menos má, no momento presente, consiste em reduzir danos para os cidadãos, tal como todos os governos europeus estão a fazer. Meloni e Sánchez, assim como Mertz ou Macron, querem impedir o regresso a meados da década passada. Todos sabem que qualquer colaboração com os Estados Unidos expõe os seus nacionais ao islamismo radical e à multiplicação de ataques terroristas. Podem fazê-lo a coberto de sinalização de virtude, como insiste Sánchez. Em todo o caso, o primado da autoproteção faz todo o sentido, mesmo que os incenti-

vos negativos, nomeadamente o confronto com os Estados Unidos de Trump, também sejam considerados.

Portugal tem de considerar a proteção dos cidadãos, mas não só, porque tem de partir de condicionantes muito distintas. Desde logo, está no limite da zona de influência dos Estados Unidos. Depois, tem uma base aérea americana instalada não na plataforma continental ou

A solução menos má, no momento presente, consiste em reduzir danos para os cidadãos.

numa ilha nas redondezas (como sucede em Itália), mas numa ilha remota, de fácil e rápido acesso. A Terceira dificilmente poderia ser defendida se a rutura com os americanos fosse total. Sim, neste caso, os decisores políticos portugueses, independentemente da cor política, têm mesmo de pensar, também, na defesa da própria soberania. E não,

não é paranoia. A história mostra como o domínio sobre os Açores foi disputado noutros períodos de grande instabilidade. O presente apenas conta a sua versão atualizada. Quem andou por Angra do Heroísmo, nos últimos dias, bem percebe que a ilha poderia ser tomada sem grande resistência e, talvez até, com algum delírio popular. Não seriam, certamente, o Regimento Um ou uma fragata que por aí anda a rondar que iriam prevenir que tal acontecesse. Entretanto, podemos prosseguir entretidos com discussões tontas, escavando mais fundo as trincheiras, conforme estejamos contra ou a favor de Sánchez. A distração é ótima para ludibriar a realidade, mas de pouco serve em diplomacia. ■

